



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB

NÍVEL SUPERIOR

CARGO:

PROCURADOR JURÍDICO

EXAME GRAFOTÉCNICO:

(Transcreva a frase abaixo no local indicado na sua Folha de Respostas)

**"A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original."
Albert Einstein (1879-1955)**

INSTRUÇÕES:

- 01 Verifique se este caderno de provas contém **40 (quarenta)** questões de múltipla escolha, sendo Português de **01 a 15**, Raciocínio Lógico de **16 a 25** e Conhecimentos Específicos de **26 a 40**.
- 02 Observe se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Caso existam, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
- 03 Verifique se os dados existentes na Folha de Respostas conferem com os dados do Cartão de Inscrição e da etiqueta afixada na sua carteira.
- 04 Esta Prova tem duração de **4 (quatro)** horas. Não é permitida a saída do candidato antes de esgotado o tempo mínimo de **2 (duas)** horas.
- 05 É vetado, durante a prova, o intercâmbio ou empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos, bem como o uso de celulares, calculadoras e/ou qualquer outro tipo de equipamento eletrônico. A fraude, ou tentativa, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
- 06 **Assine**, ao sair da sala, a **Lista de Presença** e entregue o seu Caderno de Prova e a Folha de Respostas, devidamente assinados, ao Fiscal de Sala.



PORTUGUÊS

Leia o texto a seguir, para responder às questões de 1 a 3.

Conto de fadas para Mulheres Modernas

1 Era uma vez, numa terra muito distante, uma linda princesa, independente e cheia de autoestima que, enquanto
2 contemplava a natureza e pensava em como o maravilhoso lago do seu castelo estava de acordo com as conformidades
3 ecológicas, se deparou com uma rã. Então, a rã pulou para o seu colo e disse:
4 - Linda princesa, eu já fui um príncipe muito bonito. Mas, uma bruxa má lançou-me um encanto e eu transformei-me
5 nesta rã asquerosa. Um beijo teu, no entanto, há de me transformar de novo num belo príncipe e poderemos casar e constituir lar
6 feliz no teu lindo castelo. A minha mãe poderia vir morar conosco e tu poderias preparar o meu jantar, lavarias as minhas roupas,
7 criarias os nossos filhos e viveríamos felizes para sempre...
8 ... E então, naquela noite, enquanto saboreava pernas de rã à sauté, acompanhadas de um cremoso molho acebolado e de
9 um finíssimo vinho branco, a princesa sorria e pensava: – Eu, hein? ... nem morta!

(Luís Fernando Veríssimo)

01ª QUESTÃO

A partir da leitura do texto “Conto de fadas para Mulheres Modernas”, analise as proposições e coloque (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () O texto proporciona uma reflexão, por meio de um discurso personalizado, conferindo ao tema um certo juízo de valor.
- () O conto poderia ter como desfecho: A princesa terminaria com o príncipe e “viveriam felizes para sempre.”
- () A escolha lexical pode fornecer pistas e levar-nos a afirmar que o discurso do príncipe pertence ao passado tal como os contos tradicionais, já o da princesa é contemporâneo.
- () O autor, de uma forma coloquial, retrata com muito humor a vida da mulher contemporânea que ao descobrir seus potenciais latentes teria se rebelado e resolvido mostrar todo o seu potencial, elevando sua autoestima e autoconfiança aos mais altos níveis.
- () Os adjetivos usados para definir a princesa não condizem com a atitude que ela toma no fim do conto.

A sequência CORRETA é:

- a) V, F, V, V, F.
- b) F, V, F, V, V.
- c) F, F, F, F, V.
- d) V, F, V, F, V.
- e) F, F, V, V, F.

02ª QUESTÃO

Analise as proposições:

- I- As atitudes da princesa NÃO justificam o título do texto, uma vez que reproduzem o pensamento e o comportamento das mulheres modernas, que não sonham mais com “príncipes encantados”.
- II- O texto confere originalidade e um modo de sentir e pensar próprios, usando um nível de linguagem simples e acessível.
- III- A expressão “Era uma vez” no primeiro parágrafo funciona como encadeador discursivo, demarcando uma situação temporal, ao tempo em que introduz um enunciado e determina-lhe a orientação argumentativa.
- IV- O uso do termo “nem morta!” é próprio da oralidade e poderia ser substituído, sem prejuízo do sentido, por “jamais”.

Estão CORRETAS, apenas.

- a) II e III.
- b) II, III e IV.
- c) III e IV.
- d) II e IV.
- e) I e III.

03ª QUESTÃO

Analise as proposições sobre o texto:

- I- Em: “Linda princesa” (linha 4) temos um vocativo em que se evidencia uma relação semântica de **espanto**.
- II- As expressões “um encanto” (linha 4) e “o meu jantar” (linha 6) funcionam sintaticamente como objeto direto.
- III- O termo “Mas” (linha 4) é uma expressão adversativa que contraria uma ideia anterior.
- IV- O pronome “seu” (linha 3) tem como referente “O colo do príncipe”.
- V- Em: “viveríamos felizes para sempre...” (linha 7) o sujeito sintático é classificado como indeterminado.

Está(ão) CORRETA(S), apenas:

- a) I e V
- b) I e III
- c) II e III
- d) II
- e) III e IV



Leia o título e o texto inicial de uma reportagem publicada na revista *Cláudia* para responder às questões 4 e 5.

Sem diploma, com sucesso

Não é verdade que só desenvolve uma bela carreira quem tem formação universitária. Cinco mulheres contam como se realizaram exercendo atividades de nível técnico.

ZYBERSZTAJN, Abram. As melhores piadas do humor judaico. V. 2. Rio de Janeiro: Gramond, 2003.p.23.

04ª QUESTÃO

Analise as proposições e coloque (V) para verdadeira e (F) para falsa, em relação ao título do texto.

- () O título não é condizente com o texto.
- () Para chamar a atenção do leitor, o título explora uma sinonímia cujas marcas linguísticas são “COM” e “SEM”.
- () A leitura do texto permite formular hipóteses sobre a temática e a relação com o título.

A sequência CORRETA é:

- a) FVF
- b) VVV
- c) FVV
- d) FFV
- e) VFF

05ª QUESTÃO

As duas expressões do título “Sem diploma”, “com sucesso” marcam um paralelismo gramatical que, aliado à antonímia, marca ainda mais o contraste entre elas. Leia os enunciados a seguir, e marque a alternativa na qual tal estratégia **NÃO** foi utilizada.

- a) “Você conhece, você confia.” (*Slogan* publicitário)
- b) “Nunca te vi, sempre te amei.” (Título de filme)
- c) “Pequenas Empresas & Grandes negócios.” (Título de revista.)
- d) “Muito riso, pouco siso.” (Ditado popular.)
- e) “Pequeno grande homem.” (Título de filme).

06ª QUESTÃO

Para regular a concordância dos verbos, a norma padrão estabelece certos paradigmas que devem ser mantidos nos usos formais da língua. Com base nesse princípio, analise a adequação das formas verbais usadas a seguir aos referidos paradigmas e assinale a alternativa CORRETA.

- a) Choveu aplausos na apresentação das crianças no dia das mães.
- b) Faziam anos que os professores esperavam um aumento do governo federal.
- c) Vende-se livros usados, os preços são os melhores da praça.
- d) Na urna haviam cem votos, porém na lista de assinatura constavam noventa pessoas.
- e) Necessita-se de mais policiais para proteger os turistas durante as Olimpíadas.

Leia o texto a seguir, para responder às questões 7 e 8.

O isopor dela foi parar no “lixão”

- 1 Depois de liderar uma campanha para que seus
- 2 vizinhos passassem a reciclar o lixo, num prédio de São
- 3 Paulo, a economista Liz Pontes Moreira, 45 anos, sofreu
- 4 duas decepções. Primeiro, ela e os outros viram os restos
- 5 se acumular duas semanas a fio na lixeira, sem que a
- 6 cooperativa de catadores cumprisse o combinado:
- 7 removê-los. Depois, foi a vez de a empresa particular que
- 8 havia sido acionada pelo síndico falhar. Ao ligar para a
- 9 firma, Liz foi informada pelo gerente: “Enviamos uma
- 10 parte do lixo da senhora para o ‘lixão’”. A razão? “Isopor
- 11 e caixas longa vida não valem nada neste mercado”.
- 12 Desiludida, a economista resolveu deixar o lixo num
- 13 posto de coleta.

Veja, n. 2.204, São Paulo, p. 119, 5 set.2007.

07ª QUESTÃO

Em relação ao tipo de discurso utilizado no trecho: Enviamos uma parte do lixo da senhora para o “lixão”, (linhas 9 e 10) a voz do gerente está:

- a) citada, em discurso direto.
- b) citada em discurso indireto.
- c) referenciada em forma de paráfrase.
- d) referenciada em forma de alusão.
- e) citada, predominantemente em discurso indireto livre.

08ª QUESTÃO

Coloque (V) ou (F), conforme sejam verdadeiras ou falsas as proposições sobre a pontuação do texto.

- () Os dois pontos nas duas situações do texto (linhas 6 e 9) foram usados pelo mesmo motivo.
- () Em “a economista Liz Pontes Moreira, **45 anos**,” (linha 3) a expressão destacada está entre vírgulas porque é um aposto, já que apresenta uma informação sobre a economista, sem uso de conectivo ou verbo.
- () Empregou-se vírgula antes **sem que** (linha 5) para separar a oração subordinada adverbial da oração principal.
- () A oração “Ao ligar para a firma,” (linhas 8 e 9) está separada por vírgula porque é reduzida e subordinada adverbial deslocada de seu lugar habitual, no final do período.
- () As aspas em: “Enviamos uma parte do lixo da senhora para o ‘lixão’”, (linha 9 e 10) delimitam a fala do gerente.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA:

- a) VFVFFV
- b) VFFFFF
- c) FFVVVV
- d) FVVVVV
- e) VVVFFF



09ª QUESTÃO

Nos enunciados a seguir, os acentos indicativos de crase foram retirados propositalmente em função da questão. Leia-os:

- I- No dia a dia da vida esquecemos dos nossos sonhos.
- II- Visitei a escola do meu filho e encontrei vários problemas de infraestrutura.
- III- A proporção que se aproximava o dia da entrega do prêmio, mais ansiosos ficavam os atores.
- IV- Sua objeção a contratação do novo funcionário restringia-se as exigências salariais do candidato.

Podemos deduzir que,

- a) Apenas as sentenças I e IV devem ter acento indicativo de crase.
- b) As sentenças III e IV não devem ter acento indicativo de crase.
- c) Todas as sentenças devem ter acento indicativo de crase.
- d) Apenas as sentenças III e IV devem ter acento indicativo de crase.
- e) Nenhuma das sentenças deve ter acento indicativo de crase.

10ª QUESTÃO

Leia a tirinha a seguir:



Com relação ao texto, analise as proposições:

- I- O efeito de humor contido na tirinha é decorrente de uma quebra de expectativa no que Susanita (a menina que fala no primeiro quadrinho) diz no último quadrinho.
- II- O discurso de Susanita é totalmente coerente em toda a tirinha.
- III- A incoerência é decorrente da ambiguidade na fala de Susanita no terceiro quadrinho, já que a construção sintática permitiu que houvesse a duplicidade de sentidos.
- IV- A linguagem verbal não contribui para o melhor entendimento da tirinha, pois todo o efeito de humor está contido na linguagem não verbal por meio da expressão exibida por Mafalda no último quadrinho.
- V- Susanita apresentou, até o terceiro quadrinho, um discurso condizente com as teorias feministas em voga nos anos 70. Todavia, no último quadrinho, ela demonstrou ter um conhecimento limitado sobre o assunto.

Está(ão) CORRETA(S) apenas:

- a) I, II, III e IV
- b) I, II e V
- c) II, III e IV
- d) III
- e) I e V

Texto para as questões 11, 12, 13, 14 e 15.

PENSAR É TRANSGREDIR

- 1 Não lembro em que momento percebi que viver deveria ser uma permanente reinvenção de nós mesmos — para não
- 2 morreremos soterrados na poeira da banalidade embora pareça que ainda estamos vivos.
- 3 Mas compreendi, num lampejo: então é isso, então é assim. Apesar dos medos, convém não ser demais fútil nem demais
- 4 acomodada. Algumas vezes é preciso pegar o touro pelos chifres, mergulhar para depois ver o que acontece: porque a vida não
- 5 tem de ser sorvida como uma taça que se esvazia, mas como o jarro que se renova a cada gole bebido.
- 6 Para reinventar-se é preciso pensar: isso aprendi muito cedo.
- 7 Apalpar, no nevoeiro de quem somos, algo que pareça uma essência: isso, mais ou menos, sou eu. Isso é o que eu queria
- 8 ser, acredito ser, quero me tornar ou já fui. Muita inquietação por baixo das águas do cotidiano. Mais cômodo seria ficar com o
- 9 travesseiro sobre a cabeça e adotar o lema reconfortante: "Parar pra pensar, nem pensar!"
- 10 [...]

LUFT, Lya. Pensar é transgredir. Rio de Janeiro: Record, 2005. p.21. (Fragmento)



11ª QUESTÃO

Baseado na análise de “Pensar é transgredir”, título e texto, assinale a alternativa INCORRETA sobre o texto.

- a) Para a autora nós só nos reinventamos quando transgredimos a lei e nos jogamos intensamente na futilidade.
- b) Em "Pensar é transgredir", Lya Luft nos convida a refletir sobre como o pensamento precisa da liberdade, e o quanto a construção desta liberdade está associada à capacidade de nos reinventarmos.
- c) Para a autora, não podemos apenas satisfazer o que esperam de nós. Precisamos transgredir algumas amarras sociais para construirmos essa autonomia.
- d) Uma permanente reinvenção de nós mesmos só é possível se sairmos de nossa zona de conforto e nos aventurarmos.
- e) Para nos reinventarmos devemos usar nosso pensamento para gerar nossas ideias, e encontrar novos objetivos e interesses que nos façam buscar desafios e vencê-los.

12ª QUESTÃO

Analise as proposições sobre o significado contextual das expressões destacadas e coloque (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () “Algumas vezes é preciso **pegar o touro pelos chifres.**” (Linha 4) = enfrentar a vida, só desistir se tiver muito medo.
- () “A vida não tem de ser sorvida **como uma taça que se esvazia.**” (Linhas 4 e 5) = deve-se viver tudo de uma só vez, pois assim é a existência humana: uma só.
- () “Apalpar, **no nevoeiro de quem somos,** algo que pareça uma essência.” (Linha 7) = É muito difícil termos uma imagem clara do que somos. No entanto, para nos renovarmos, devemos partir do pouco que conhecemos de nós mesmos.
- () “Muita inquietação **por baixo das águas do cotidiano**” (linha 8) = Sob a aparente tranquilidade do cotidiano, a inquietação.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, F, V
- b) V, F, V, F
- c) F, V, V, F
- d) F, F, V, V
- e) V, V, V, V

13ª QUESTÃO

A expressão destacada no enunciado: “Mas compreendi, **num lampejo:** (linha 3) então é isso, então é assim.” pode ser substituída, sem prejuízo semântico e sintático, por:

- a) Aparentemente.
- b) Profundamente.
- c) Evidentemente.
- d) Corretamente.
- e) Rapidamente

14ª QUESTÃO

Os conectivos ou partículas de ligação, além de exercerem funções coesivas, manifestam ainda diferentes relações de sentido entre os enunciados. Aponte, dentre as alternativas a seguir, aquela em que a relação estabelecida pelo conectivo em destaque está CORRETAMENTE indicada entre parênteses.

- a) “**então** é isso, então é **assim...**” (Linha 3) – (Conclusão, a autora conclui retomando uma frase do parágrafo anterior, que “viver deveria ser uma permanente reinvenção de nós mesmos”).
- b) ...“**para** não morrermos soterrados na poeira da banalidade embora pareça que ainda estamos vivos.” (Linhas 1 e 2) – (Adição).
- c) “...**embora** pareça que ainda estamos vivos.” (Linha 2) – (Consequência).
- d) “**Mas** compreendi, num lampejo” (Linha 3) – (Concessão em relação ao que foi dito no parágrafo anterior).
- e) “**Mas** como o jarro que se renova a cada gole bebido.” (Linha 5) – (Adição em relação à oração anterior).

15ª QUESTÃO

Os pronomes e advérbios são recursos coesivos essenciais para evitar repetições desnecessárias e oferecer ao texto uma maior expressividade. Nos enunciados a seguir, marque a alternativa em que o processo de referência está INCORRETO.

- a) “Então é **isso**”. O pronome *isso* remete à oração do parágrafo anterior: “viver deveria ser uma permanente reinvenção de nós mesmos”.
- b) “A vida não tem de ser sorvida como uma taça **que** se esvazia, mas como o jarro **que** se renova a cada gole bebido.” Nas duas ocorrências, o pronome **que** tem o mesmo referente.
- c) “...**isso** aprendi muito cedo.” O pronome *isso* remete à oração imediatamente anterior: “Para reinventar-se é preciso pensar...”.
- d) “...**isso**, mais ou menos, sou eu. Isso é o que eu queria ser.” As duas ocorrências do pronome *isso* remetem ao período imediatamente anterior: “Apalpar, no nevoeiro de quem somos, algo que pareça uma essência...”.
- e) “...então é **assim**.” O advérbio *assim* remete à mesma oração do parágrafo anterior, à qual o pronome *isso* que o antecede também remete: “viver deveria ser uma permanente reinvenção de nós mesmos”.



RACIOCÍNIO LÓGICO

16ª QUESTÃO

Rafaela é uma atleta de Judô que treina diariamente. Sua treinadora orientou-a a lutar no chão com a frequência indicada no quadro abaixo.

Dias da semana	Número de lutas no chão
2ª e 5ª feiras	40
3ª e 6ª feiras	10
4ª feiras	20
Sábados	30
Domingo	Nenhuma

No dia de seu aniversário, Rafaela treinou 20 lutas no chão. No dia do aniversário de seu namorado, 260 dias depois do seu, Rafaela:

- a) Treinou 30 lutas no chão.
- b) Treinou 10 lutas no chão.
- c) Treinou 20 lutas no chão.
- d) Treinou 40 lutas no chão.
- e) Não treinou lutas no chão.

17ª QUESTÃO

Quatro homens estão sentados em uma mesa redonda, de forma que cada um tem uma pessoa à sua frente, outra à sua esquerda e uma terceira à sua direita. Num dado momento, cada um faz uma afirmação.

José: estou à direita do João.
Pedro: estou entre o Carlos e o José.
Carlos: estou entre o Pedro e o José.
João: está garoando.

Sabendo que uma única das quatro afirmações é falsa, pode-se afirmar que o autor dessa afirmação:

- a) Certamente é o José.
- b) Tanto pode ser o Pedro quanto o João.
- c) Tanto pode ser o Pedro quanto o Carlos.
- d) Certamente é o João.
- e) Certamente é o Pedro.

18ª QUESTÃO

Dizer qual a proposição que satisfaz a tabela-verdade seguinte:

p	q	$\sim p$?
V	V	F	F
V	F	F	F
F	V	V	V
F	F	V	F

- a) $p \leftrightarrow q$.
- b) $\sim(p \rightarrow q)$.
- c) $q \rightarrow p$.
- d) $p \wedge q$.
- e) $\sim p \wedge q$.

19ª QUESTÃO

A configuração do silogismo é estruturada por três termos: o termo maior, o termo médio e o termo menor. Desses três termos podemos afirmar que o termo que nunca aparece na conclusão dessa estrutura é o **Termo**:

- a) Médio.
- b) Antecedente do termo médio.
- c) Menor.
- d) Maior.
- e) Consequente do termo maior.



20ª QUESTÃO

Todo obstetra é médico. Todo médico é responsável. Portanto,

- a) Algum obstetra não é responsável.
- b) Todo responsável é médico.
- c) Todo responsável é obstetra.
- d) Nenhum obstetra é responsável.
- e) Algum responsável é obstetra.

21ª QUESTÃO

Em uma determinada promoção no dia da criança, uma loja de brinquedos declarou que **Todas as crianças serão beneficiadas**. Diante disso, podemos afirmar que:

- a) Nenhum beneficiado será criança.
- b) As beneficiadas serão todas as crianças.
- c) Apenas as crianças serão beneficiadas.
- d) Algumas crianças serão beneficiadas.
- e) Algumas crianças não serão beneficiadas.

22ª QUESTÃO

Considere o seguinte argumento: **Todas as frutas que Maria comprou no mercado estão boas. Assim, todas as frutas vendidas no mercado são boas**. Pode ser considerado:

- a) Ambiguidade.
- b) Um pleonasma.
- c) Onomatopeia.
- d) Metonímia.
- e) Uma falácia.

23ª QUESTÃO

Qual das proposições abaixo é uma Contradição?

- a) Ser ou não ser, eis a questão.
- b) Pai é pai.
- c) Se eu ficar em casa, eu não irei à escola.
- d) Pedro é paraibano e Pedro não é paraibano.
- e) Tudo que é demais é muito.

24ª QUESTÃO

Pedro possui um jogo de montar composto por várias peças quadradas. Todas de mesmo tamanho. A única forma de juntar duas peças é unindo-se de modo que elas fiquem com um único lado comum. Juntando-se três dessas peças, é possível formar dois tipos diferentes de figuras, mostradas abaixo.



Note que as duas figuras podem aparecer em diferentes posições, o que não caracteriza novos tipos de figuras. O número de tipos diferentes de figuras que podem ser formados juntando-se quatro dessas peças é igual a:

- a) 7.
- b) 4.
- c) 6.
- d) 5.
- e) 8.

25ª QUESTÃO

Afirmar que **José é jogador ou Pedro não é escultor** é logicamente equivalente a afirmar que:

- a) José é jogador se e somente se Pedro não é escultor.
- b) Se Pedro é escultor, então José é Jogador.
- c) Se José é jogador, então Pedro não é escultor.
- d) Se José não é jogador, então Pedro é escultor.
- e) José não é jogador e Pedro é escultor.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26ª QUESTÃO

Quanto à Organização do Estado (Político-Administrativa), no que se refere aos Municípios, pode-se afirmar que, para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

- a) 17 (dezesete) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes.
- b) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes.
- c) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.
- d) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.
- e) 19 (dezenove) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes.

27ª QUESTÃO

No que concerne ao subsídio dos Vereadores, será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe a Constituição Federal de 1988, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:

- a) Em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- b) Em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- c) Em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- d) Em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- e) Em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

28ª QUESTÃO

À luz do artigo 11 da Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

- a) Publicar ou revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- b) Omitir, retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- c) Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.
- d) Deixar de praticar ou negar publicidade aos atos oficiais.
- e) Divulgar, revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

29ª QUESTÃO

No que concerne à escritura do artigo 9º da Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

- a) Receber ou aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- b) Fazer uso ou utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.
- c) Receber ou aceitar vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas ou qualquer outro serviço, ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei.
- d) Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- e) Receber, aceitar ou incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei.



30ª QUESTÃO

Quanto às Pessoas Jurídicas, o Código Civil (Lei nº 10.406/02), no seu artigo 46, prescreve que declarará:

- a) As condições e formas de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio, nesse caso.
- b) O nome, a individualização e função dos fundadores ou instituidores, e dos diretores.
- c) O nome, a individualização e o modo por que se administra e representa, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.
- d) A denominação, os fins, a sede, o tempo de duração e o fundo social, quando houver.
- e) A indicação e individualização dos membros que respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

31ª QUESTÃO

O Código Civil (Lei nº 10.406/02), no seu artigo 62, Parágrafo único (com redação dada pela Lei nº 13.151/15), preceitua que, para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la. A fundação somente poderá constituir-se para fins de:

- a) Pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.
- b) Defesa, preservação, manutenção e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.
- c) Promoção, defesa e preservação da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.
- d) Cultura, defesa, preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico.
- e) Assistência social que envolva educação, saúde, esporte, lazer, atividades religiosas e segurança alimentar.

32ª QUESTÃO

O Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), no Livro III - Dos Sujeitos do Processo; Título I – Das Partes e Procuradores e Capítulo I – Da Capacidade Processual, no artigo 75 prescreve que serão representados em juízo, ativa e passivamente:

- a) A União, o Estado e o Município, diretamente ou mediante órgão vinculado.
- b) A pessoa jurídica nacional ou estrangeira, pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil.
- c) A pessoa jurídica nacional ou estrangeira, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores.
- d) A associação, a autarquia e a fundação de direito público, por quem a lei do ente federado designar.
- e) A sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração de seus bens.

33ª QUESTÃO

O Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), no Livro III - Dos Sujeitos do Processo; Título I – Das Partes e Procuradores e Capítulo II – Dos Deveres das partes e de seus Procuradores, no artigo 77 prescreve que além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:

- a) Deixar ou não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito.
- b) Cumprir procedimentalmente com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação.
- c) Deixar ou não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento.
- d) Declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.
- e) Apresentar, declarar e expor os fatos em juízo conforme a verdade.

34ª QUESTÃO

O Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940) prescreve no seu artigo 7º que ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes:

- a) De genocídio, quando o agente for brasileiro nato ou naturalizado, ou estrangeiro domiciliado no Brasil.
- b) Contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
- c) Contra a vida ou a liberdade do Presidente da República, do Governador ou Prefeito.
- d) Contra a administração pública, direta ou indireta, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação, por quem está a seu serviço.
- e) Contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.



35ª QUESTÃO

A Constituição Federal de 1988, no Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo II – Da Seguridade Social, no artigo 194 *Caput* e Parágrafo único, preceitua que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- a) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- b) Universalidade, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- c) Uniformidade e irredutibilidade do valor dos benefícios.
- d) Universalidade, uniformidade e equidade na forma de participação no custeio.
- e) Universalidade e uniformidade da cobertura e do atendimento.

36ª QUESTÃO

A Constituição Federal de 1988, no Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo II – Da Seguridade Social, Seção II – Da Saúde, no artigo 200, preceitua que ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- a) Ordenar, incrementar, participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.
- b) Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
- c) Incrementar, fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.
- d) Ordenar, participar e colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
- e) Controlar, Fiscalizar e executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

37ª QUESTÃO

A Constituição Federal de 1988, no Título VIII – Da Ordem Social, capítulo VI – Do Meio Ambiente, no artigo 225 *Caput* e § 1º, prevê que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- a) Preservar, fiscalizar e exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- b) Proteger, preservar e fiscalizar a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
- c) Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- d) Proteger e preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- e) Controlar e fiscalizar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.



38ª QUESTÃO

A Constituição Federal de 1988, no Título VII – Da ordem Econômica e Financeira, Capítulo II – Da Política Urbana, no seu artigo 182 *Caput* e § 4º prescreve que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

- a) Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- b) Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até quinze anos, em parcelas anuais, iguais, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- c) Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até vinte anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- d) Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até trinta anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- e) Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até vinte e cinco anos, em parcelas anuais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

39ª QUESTÃO

A Constituição Federal de 1988, no Título VI – Da Tributação e do Orçamento, Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional, Seção I – Dos Princípios Gerais, no artigo 146, preceitua que cabe à lei complementar:

- a) Dispor, regular e estabelecer normas sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- b) Dispor e regular sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- c) Dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- d) Dispor e regular por normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
- e) Dispor e regular por normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.

40ª QUESTÃO

A Constituição Federal de 1988, no Título VI – Da Tributação e do Orçamento, Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional, Seção II – Das Limitações do Poder de Tributar, no artigo 150, estabelece que, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- a) Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- b) Exigir, cobrar ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- c) Exigir e cobrar tributos, impostos ou taxas sem lei que o estabeleça.
- d) Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação igual, não sendo permitida a distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- e) Cobrar tributos, impostos ou taxas em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.